



SECRETARIA DE  
LICITAÇÕES E  
PLANEJAMENTO

*Comissão Permanente de Pregão I*

## DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Processo Licitatório nº 22.829/2023, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDENDO (1) PARQUÍMETROS MULTIVAGA E MULTISSERVIÇO; (2) APLICATIVO PARA SMARTPHONE – MÓDULO USUÁRIO, (3) PORTAL “WEB”, (4) TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO PARA PONTO DE VENDA (PDV), (5) FISCALIZAÇÃO EMBARCADA VEICULAR COM CÂMERAS E LEITURA DE PLACAS, (6) SOFTWARE DE FISCALIZAÇÃO MANUAL DE USO DE VAGAS, (7) SOFTWARE INTEGRADOR DE GESTÃO, E (8) DEMAIS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUPORTE À OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.**

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.415.375/0001-12, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, **tempestivamente**, contra os termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.041/2025**.

### I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra as especificações técnicas do Termo de Referência, reiterando os termos de sua Impugnação anterior, ao alegar que:

- i.) o item 19.3 do Edital deve sofrer retificação pois tem como exigência de habilitação técnica, a apresentação de atestado da EMPRESA averbado pelo CREA ou CAU, manifestamente ilegal e insustentável, além de configurar restrição indevida à competitividade, eis que, de acordo com as diretrizes publicadas pelo próprio CREA, o registro de atestados técnicos



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O**

*Comissão Permanente de Pregão I*

é realizado exclusivamente em nome do profissional responsável técnico, e não em nome da empresa;

ii.) não existe previsão normativa que ampare o registro ou averbação direta de atestados técnicos em nome da empresa;

iii.) a exigência editalícia ora impugnada mostra-se frontalmente incompatível com o regramento do CONFEA/CREA, pois condiciona a habilitação técnica da licitante à apresentação de um documento que não pode ser emitido ou registrado conforme requerido;

iv.) o item 19.4.1 do Edital deve sofrer revisão pois extrapola os limites legais e razoáveis, revelando-se uma prática restritiva e direcionadora, já que não há justificativa técnica plausível para a fixação das características em número exato e combinado;

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.

### **III. DAS CONSIDERAÇÕES PÓS DILIGÊNCIA AO SETOR TÉCNICO**

Nada obstante, com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e no subitem **23.11** do Edital, considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, o processo foi encaminhado para manifestação do órgão requisitante do certame, a fim de subsidiar a decisão final deste Pregoeiro.

Diante do exposto pela Secretaria solicitante em sua nota técnica anexada ao presente processo, esta mantém as exigências como medidas necessárias para garantir a regularidade e a responsabilidade técnica na execução dos serviços, além de permitir a atuação fiscalizatória dos respectivos conselhos profissionais, conforme determina o ordenamento jurídico.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

#### IV. DA DECISÃO

Isto posto, estando a presente decisão fundamentada integralmente no parecer técnico emitido pelo setor competente, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, subsidiado pela manifestação da Secretaria requisitante às fls. 15 a 18 do processo administrativo nº 17.455/2025.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 23 de maio de 2025.

**Leonardo Gabrig Peixoto**

**Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I**

**Matrícula nº 206.934**



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A   D E  
M O B I L I D A D E   E  
U R B A N I S M O



### NOTA TÉCNICA

**Assunto:** Esclarecimento técnico sobre a natureza das atividades relacionadas ao serviço de gestão do estacionamento rotativo - Pregão Eletrônico nº 90.041/2025.

**Origem:** Secretaria de Mobilidade e Urbanismo

**Interessado:** Comissão de Licitação / Pregoeiro Municipal

Esta Nota Técnica tem por finalidade esclarecer os aspectos técnicos que envolvem a contratação dos serviços de mobilidade urbana, com foco na implantação, operação e manutenção de sistema de gestão de estacionamento rotativo pago em vias públicas, objeto do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, notadamente no que diz respeito à necessidade de registro profissional da empresa contratada junto ao CREA/CAU.

O Edital em referência prevê a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mobilidade urbana por meio de uma plataforma integrada de gestão do estacionamento rotativo, que compreende, entre outros elementos:

- Instalação, operação e manutenção de parquímetros multivaga e multisserviço;
- Implantação de terminais de autoatendimento;
- Execução de fiscalização embarcada veicular com câmeras e leitura de placas;
- Fornecimento de softwares de controle e fiscalização;
- Instalação e integração de equipamentos de suporte em área pública;
- Infraestrutura para rede de comunicação e energia associada aos sistemas implantados.

Embora a solução licitada envolva componentes tecnológicos e digitais, a execução prática do serviço exige a realização de atividades técnicas diretamente vinculadas à engenharia, especialmente nas áreas de engenharia elétrica, engenharia de telecomunicações, engenharia de computação, engenharia civil e engenharia de transportes.



Dentre essas atividades, destacam-se:

1. Elaboração de projeto técnico executivo de instalação dos equipamentos nas vias públicas, respeitando normas de acessibilidade, sinalização viária e segurança operacional;
2. Execução de infraestrutura elétrica e lógica para interligação dos dispositivos (parquímetros, sensores, câmeras, etc.);
3. Fixação e ancoragem de equipamentos ao solo urbano, com possível intervenção em calçadas, postes ou mobiliário público;
4. Intervenções em pavimentação ou mobiliário urbano, inclusive com utilização de ferramentas e métodos técnicos próprios da engenharia civil;
5. Monitoramento técnico da operação por meio de sistemas integrados, exigindo atuação de profissionais capacitados na engenharia de computação ou automação.

A execução segura, eficiente e tecnicamente adequada desses serviços pressupõe a atuação de profissional legalmente habilitado e a vinculação da empresa ao conselho profissional competente, nos termos da Lei Federal nº 5.194/1966 e das resoluções do CONFEA/CREA.

A Secretaria de Mobilidade e Urbanismo entende que a prestação dos serviços previstos no edital em apreço não pode ser realizada de maneira regular sem a interveniência de atividade técnica de engenharia. Portanto, considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 59 da Lei nº 5.194/1966, é plenamente justificada a exigência de que a empresa contratada esteja regularmente registrada no CREA ou CAU, conforme o caso.

Tal exigência não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para garantir a regularidade e a responsabilidade técnica na execução



dos serviços, além de permitir a atuação fiscalizatória dos respectivos conselhos profissionais, conforme determina o ordenamento jurídico.

A exigência de **comprovação de experiência técnica-operacional** prevista no Edital encontra amparo no art. 67, §1º da Lei 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir dos licitantes demonstração de capacidade para execução do objeto.

Conforme demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, a operação do Estacionamento Rotativo do Município de Nova Friburgo abrange **3.384 vagas**, distribuídas em áreas de alta demanda, com tecnologia embarcada de fiscalização e integração com plataformas digitais. Tal complexidade **exige experiência comprovada** em sistemas de grande porte, para garantir o interesse público e a segurança jurídica do Município.

A **definição das parcelas de maior relevância** está claramente justificada nos Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência, atendendo ao disposto no art. 18, IX da Lei 14.133/2021. Ressalta-se que a Administração realizou **pesquisa de mercado prévia**, confirmando que existem **diversas empresas aptas a atender os requisitos do edital**, o que **não caracteriza restrição indevida à competitividade**.

Ademais, a jurisprudência do TCU e a doutrina majoritária, como leciona Marçal Justen Filho, reconhecem o **poder discricionário da Administração** para definir os parâmetros técnicos do objeto, desde que justificados, o que foi plenamente observado neste caso.

A Lei alude a parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo. Não se trata de requisitos cumulativos, mas é mais evidente a configuração da hipótese quando tal cumulação ocorre. Quando não ocorrer, caberá à Administração justificar a razão da escolha, apontando motivos de ordem técnica que conduzem à necessidade da escolha realizada.

Cabe também a citação da **Súmula Nº 13 de 7 de fevereiro de 2023 do TCE/RJ**:



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
M O B I L I D A D E E  
U R B A N I S M O



“Nos editais de licitação, caso haja exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de certificado no qual conste referência a quantitativos mínimos, tal exigência deve ser limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado e não pode ser superior a 50% do quantitativo pretendido, salvo justificativa específica e tecnicamente fundamentada.”

Bem como a **SÚMULA TCU 263**:

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

À luz das competências técnicas exigidas para a prestação do serviço e da legislação aplicável, esta Secretaria manifesta-se pela manutenção da exigência constante dos itens 19.10 e 19.11 do edital, quanto ao registro da empresa proponente no CREA ou CAU.

Nova Friburgo, 20 de maio de 2025.

**LUIZ FILIPE IAGGI LAGINESTRA**

Secretário de Mobilidade e Urbanismo

Mat.: 63.785



SECRETARIA DE  
LICITAÇÕES E  
PLANEJAMENTO

*Comissão Permanente de Pregão I*

À Secretaria Municipal de Mobilidade e Urbanismo

Processo Licitatório nº 22.829/2023, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDENDO (1) PARQUÍMETROS MULTIVAGA E MULTISSERVIÇO; (2) APLICATIVO PARA SMARTPHONE – MÓDULO USUÁRIO, (3) PORTAL “WEB”, (4) TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO PARA PONTO DE VENDA (PDV), (5) FISCALIZAÇÃO EMBARCADA VEICULAR COM CÂMERAS E LEITURA DE PLACAS, (6) SOFTWARE DE FISCALIZAÇÃO MANUAL DE USO DE VAGAS, (7) SOFTWARE INTEGRADOR DE GESTÃO, E (8) DEMAIS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUPORTE À OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.**

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.415.375/0001-12, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, **tempestivamente**, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025.

## I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se o Impugnante contra as especificações técnicas do Termo de Referência, reiterando os termos de sua Impugnação anterior, ao alegar que:

- i.) o item 19.3 do Edital deve sofrer retificação pois tem como exigência de habilitação técnica, a apresentação de atestado da EMPRESA averbado pelo CREA ou CAU, manifestamente ilegal e insustentável, além de configurar restrição indevida à competitividade, eis que, de acordo com





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

as diretrizes publicadas pelo próprio CREA, o registro de atestados técnicos é realizado exclusivamente em nome do profissional responsável técnico, e não em nome da empresa;

ii.) não existe previsão normativa que ampare o registro ou averbação direta de atestados técnicos em nome da empresa;

iii.) a exigência editalícia ora impugnada mostra-se frontalmente incompatível com o regramento do CONFEA/CREA, pois condiciona a habilitação técnica da licitante à apresentação de um documento que não pode ser emitido ou registrado conforme requerido;

iv.) o item 19.4.1 do Edital deve sofrer revisão pois extrapola os limites legais e razoáveis, revelando-se uma prática restritiva e direcionadora, já que não há justificativa técnica plausível para a fixação das características em número exato e combinado;

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.

### **III. DA DILIGÊNCIA AO SETOR TÉCNICO**

Cabe salientar que foi respondida impugnação da mesma empresa Processo Eletrônico 15.892/2025.

Nada obstante, com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e no subitem 23.11 do Edital, considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, encaminho o processo para manifestação do órgão requisitante do certame, a fim de subsidiar a decisão final deste Pregoeiro.

Recomenda-se que o setor técnico avalie:



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

1. A necessidade técnica das exigências impugnadas, considerando a proporcionalidade e adequação ao objeto da licitação;
2. Eventuais ajustes no Edital para assegurar a competitividade e a isonomia, sem prejuízo à qualidade técnica e eficiência;
3. Os impactos sobre o interesse público no prosseguimento do certame com as condições atuais.

Ato contínuo, considerando que o teor da Impugnação aborda também questões jurídicas, encaminhe-se o presente processo à Procuradoria-Geral do Município, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos.

Por fim, informamos que a realização do Pregão Eletrônico em pauta está agendada para o dia 26 de maio de 2025. Portanto, solicitamos urgência na análise do presente procedimento e retorno do feito para o regular prosseguimento do certame.

Nova Friburgo, 19 de maio de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto

Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I

Matrícula nº 206.934



## **AO(À) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ**

**UASG 985867**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.041/2025**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA – PLATAFORMA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO

**MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.415.375/0001-12, com sede na Alameda das Quaresmas, nº 30, Bairro São Luiz, Belo Horizonte/MG, CEP 31.275-210, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. ANGELA ROSA PEREIRA VIANA, brasileira, solteira, empresária, nascida em 23/09/1963, portadora da cédula de identidade nº 16.978.448-4 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 127.075.808-05, por sua representante legal que esta subscreve, vem, com fulcro no art. 41, §2º da Lei nº 14.133/2021, apresentar

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

em face do **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ: 28.606.630/0001- 23, sediado na Av. Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, o que faz nos seguintes termos:

#### **I. DOS FATOS**

Tornou-se público o Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, com data da sessão pública para o dia 26/05/2025 às 10h, cujo objeto é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDENDO (1) PARQUÍMETROS MULTIVAGA E MULTISSERVIÇO; (2) APLICATIVO PARA SMARTPHONE – MÓDULO USUÁRIO, (3) PORTAL “WEB”, (4) TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO PARA PONTO DE VENDA (PDV), (5) FISCALIZAÇÃO EMBARCADA VEICULAR COM CÂMERAS E LEITURA DE PLACAS, (6) SOFTWARE DE FISCALIZAÇÃO MANUAL DE USO DE VAGAS, (7) SOFTWARE INTEGRADOR DE GESTÃO, E (8) DEMAIS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUPORTE À OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.”.

Conforme é cediço, o edital em comento deve obedecer rigorosamente a todos os princípios administrativos, e em especial os princípios específicos e inerentes as compras públicas, para assim cumprir com o seu objetivo principal, que é “a contratação da oferta mais vantajosa, sempre obedecendo os requisitos mínimos”.

Nesse sentido, os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa.

Ocorre que, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

## **II. DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE REGISTRO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA PESSOA JURÍDICA NO CREA/CAU**

O Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, promovido por essa Administração, estabelece no item 19.3, como exigência de habilitação técnica, a apresentação de **atestado da EMPRESA averbado pelo CREA ou CAU**:

**19.3** A comprovação de capacidade técnico-operacional do proponente será demonstrada através da **apresentação de um ou mais Atestado de Capacidade Técnica da empresa**, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado **devidamente registrado(s) na entidade profissional competente**, compatível com este objeto, comprovando que a proponente e seu responsável técnico executou ou executa o serviço licitado contemplando a implantação e operação do sistema de estacionamento rotativo em via pública utilizando tecnologia de:

Todavia, a exigência editalícia em comento revela-se **manifestamente ilegal e insustentável**, além de configurar **restrição indevida à competitividade**, em afronta direta aos princípios da legalidade, isonomia e ampla competitividade previstos no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, pelos seguintes motivos:

### **a) Impossibilidade prática da exigência**

A exigência de que o atestado da pessoa jurídica esteja registrado (averbado) no CREA ou CAU aponta, com toda vênia, desconhecimento das normas internas dessas entidades, bem como da prática usual dos conselhos profissionais.

De acordo com as diretrizes publicadas pelo próprio CREA, **o registro de atestados técnicos** é realizado **exclusivamente em nome do profissional responsável técnico**, e não em nome da empresa.

Segundo as disposições e regulamentos do órgão, o **acervo técnico da pessoa jurídica** é construído **indiretamente**, a partir das ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) **vinculadas aos profissionais integrantes do seu quadro técnico**.

Ou seja, não existe previsão normativa que ampare o registro ou averbação direta de atestados técnicos em nome da empresa.

Esse entendimento é reiterado nos próprios portais eletrônicos dos Conselhos Regionais, os quais informam de forma clara que<sup>1</sup>:

## Acervo Técnico



### O que é Acervo Técnico de um profissional?

É o conjunto das atividades técnicas desenvolvidas ao longo da vida **do profissional**, compatível com suas atribuições e registradas no CREA por meio de ART's – Anotações de Responsabilidade Técnica. **Pertence sempre e exclusivamente ao profissional que registrou a ART da obra/serviço realizado e nunca à empresa.** A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos Acervos Técnicos dos profissionais integrantes do seu quadro técnico. [Vídeo informativo.](#)

### O que é Certidão de Acervo Técnico – CAT?

**É o documento que certifica, para efeito legal, as atividades registradas pelo profissional em seu Acervo Técnico**, comprovando sua experiência ao longo do exercício da atividade, compatível com sua competência. Também é documento imprescindível para participação em licitações e concursos públicos nas áreas da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, em seus diversos níveis de atividade, pois **comprova a Capacidade Técnico Profissional da pessoa jurídica a qual ele está vinculado.** [Vídeo informativo.](#)

Assim, exigir que o atestado da empresa esteja registrado no CREA ou CAU constitui imposição materialmente inexecutável, pois essas entidades não realizam tal registro.

### **b) Incompatibilidade da exigência editalícia com a regulamentação vigente do CONFEA/CREA**

A Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023, do CONFEA – norma vigente e de observância obrigatória – regula, de forma específica, a emissão de ARTs, bem como o conceito e constituição do acervo técnico-profissional e do acervo operacional da pessoa jurídica.

<sup>1</sup> <https://www.creasp.org.br/perguntas-frequentes/acervo-tecnico/>

Dispõe o art. 46 da referida Resolução:

**Art. 46.** O acervo operacional de **peessoas jurídicas** é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no CREA, **por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional** pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades.

Nota-se que a norma **não prevê qualquer registro de atestado em nome da empresa**, mas, ao contrário, **vincula o acervo da pessoa jurídica às ARTs emitidas pelos profissionais habilitados**, de forma que a comprovação da capacidade técnica da empresa ocorre **mediante correlação entre as atividades desenvolvidas, os contratos executados e as ARTs vinculadas aos seus responsáveis técnicos**.

Em consonância com esse fato e com essa regulamentação, o portal do CREA é claro e específico:

#### As empresas possuem Acervo Técnico?

**Não.** Conforme o arts. 45 e 46 da [Resolução 1137/2023](#) do Confea, os profissionais possuem **Acervo Técnico-Profissional** e as empresas possuem **Acervo Operacional**:

“Art. 45. O acervo técnico-profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no CREA por meio de anotações de responsabilidade técnica.”

“Art. 46. O acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no CREA, **por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades.**”

Nesse cenário, a exigência editalícia ora impugnada mostra-se frontalmente **incompatível com o regramento do CONFEA/CREA**, pois condiciona a habilitação técnica da licitante à apresentação de um documento que **não pode ser emitido ou registrado conforme requerido**, o que viola, inclusive, o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, ao estabelecer condição de habilitação sem respaldo legal.

Portanto, a exigência editalícia de que o **atestado da empresa** esteja registrado no CREA ou CAU **é inexequível e contrária à normativa vigente, impossível de ser atendida**.

### III. DA EXORBITÂNCIA E DA ESPECIFICIDADE EXCESSIVA NAS PARCELAS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA – INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO

O item **19.4.1** do edital estipula que:

“Implantação e operação de sistema de estacionamento rotativo público (em vias públicas), que contemple a operação de 1.692 vagas, 36 (trinta e seis) parquímetros eletrônicos do tipo multivaga, 07 (sete) parquímetros eletrônicos multivaga do tipo multisserviço, 02 parquímetros multivaga "indoor" com tela mínima de 24 polegadas tipo multisserviço, aplicativos para smartphone - usuário, pontos de venda (PDV) e 01 (um) veículo de fiscalização com OCR [...]”

Ainda que seja legítima a exigência de demonstração de capacidade técnica e da execução de parcelas de maior relevância, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021, **a forma como tal exigência foi delineada no edital em análise extrapola os limites legais e razoáveis.**

#### **a) Especificações técnicas e quantitativos desnecessária e demasiadamente específicas**

O estabelecimento de quantidades **exatas** e **tipos específicos** de equipamentos (como parquímetros “indoor” com tela de 24 polegadas, distinção entre “multivaga” e “multisserviço”) **não guarda pertinência com a comprovação da aptidão técnica geral** da empresa para execução do objeto licitado.

Ao contrário, revela-se uma prática **restritiva e direcionadora**.

Não há justificativa técnica plausível, no edital, para a fixação dessas características em número **exato e combinado**, o que dificulta — e em muitos casos **impede** — a comprovação por empresas com comprovada experiência, mas com variações mínimas em tais parâmetros.

Cumprе destacar que não se questiona a legalidade da exigência de comprovação de experiência no quantitativo de 50% do objeto licitado, por se tratar de critério comumente admitido pela jurisprudência e pela doutrina especializada. O que se impugna, contudo, é a forma como foram estabelecidas exigências excessivamente específicas e desprovidas de justificativa técnica plausível no edital.

Com efeito, não se revela razoável ou proporcional a imposição de comprovação de experiência com exatos "07 equipamentos multivaga multisserviço" e "02 equipamentos multivaga indoor com tela mínima de 24 polegadas, tipo multisserviço",



dentre outras características técnicas demasiadamente específicas. Tais exigências levantam sérias dúvidas quanto à real necessidade desses quantitativos e configurações exatas para o cumprimento do objeto licitado.

Ademais, não há qualquer clareza no edital sobre a eventual possibilidade de sobreposição de funcionalidades entre os equipamentos exigidos.

- Os 36 equipamentos do tipo “multivaga” poderiam, por exemplo, também ser classificados como “multisserviço”?
- Os 07 “multisserviço” também poderiam atender aos critérios de “multivaga”, ou devem ser apenas “multisserviço”?
- E se a licitante possuir equipamentos que contemplem todas essas tecnologias em um único modelo, mas não dispuser de atestados de capacidade técnica que especifiquem exatamente os quantitativos e configurações exigidas nos exatos termos do edital? Será desclassificada?

#### **b) Índícios de direcionamento**

Com toda vênia, tais questionamentos evidenciam a falta de razoabilidade dos critérios estabelecidos, que parecem ter sido desenhados com base em características técnicas de um fornecedor específico, restringindo indevidamente a competitividade do certame.

O item impugnado, portanto, apresenta **graves indícios de direcionamento**, configurando-se como vício que compromete a isonomia e a ampla concorrência, princípios fundamentais que regem as licitações públicas (art. 37, XXI, da CF/88 e art. 5º da Lei nº 14.133/21).

**O edital deve, sim, estabelecer requisitos técnicos mínimos que assegurem a adequada execução do objeto, mas não pode, sob esse pretexto, limitar a participação de licitantes aptos, mediante exigências desarrazoadas, desproporcionais ou que não guardem pertinência técnica direta com o objeto contratado.**

Ao incluir cláusulas com **grau de detalhamento técnico excessivo e sem justificativa**, o edital incorre em afronta direta ao princípio da **ampla competitividade**, comprometendo o interesse público e violando o dever de seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

Diante do exposto, requer-se a **retificação do edital** para que sejam ajustados os critérios de comprovação de experiência e especificações técnicas, de modo a garantir a observância aos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade e competitividade.



#### IV. DA RESTRIÇÃO À LIVRE COMPETIÇÃO | REDUÇÃO DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME

Conforme estabelece o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, os requisitos de qualificação técnica nas licitações devem ser pautados pela proporcionalidade e necessidade, com o objetivo de não restringir indevidamente a participação de licitantes no certame.

Contudo, no presente certame, constata-se a existência de cláusulas que, direta ou indiretamente, restringem indevidamente a competitividade, em nítida violação aos princípios da legalidade, isonomia e ampla concorrência (art. 37, XXI, da Constituição Federal), configurando vícios que comprometem a validade do procedimento licitatório.

A primeira restrição decorre da exigência de que o atestado técnico-operacional da pessoa jurídica esteja registrado no CREA ou CAU. Como demonstrado no item II desta impugnação, tal exigência é **materialmente inexecutável**, pois **não existe previsão normativa que permita o registro ou averbação de atestados em nome da empresa** nessas entidades. O acervo técnico da pessoa jurídica é formado **indiretamente**, a partir das ARTs emitidas pelos profissionais integrantes do seu quadro técnico, não havendo qualquer possibilidade legal de se registrar atestados diretamente em nome da empresa.

Essa exigência, além de contrariar frontalmente o disposto na Resolução CONFEA nº 1.137/2023, representa uma barreira artificial e indevida à participação de empresas tecnicamente habilitadas, afastando concorrentes legítimos do certame por conta de uma condição que **não pode ser atendida nem mesmo pelas empresas mais experientes do setor**, por absoluta inexistência do ato administrativo exigido.

A segunda restrição, igualmente grave, decorre da **excessiva especificidade nas parcelas de relevância técnica exigidas**, conforme detalhado no item III. A exigência de comprovação de experiência com **quantitativos exatos e configurações extremamente específicas de equipamentos**, como “07 parquímetros multivaga multisserviço” e “02 parquímetros multivaga indoor com tela de 24 polegadas”, revela-se desproporcional, sem amparo em justificativa técnica razoável, e cria um filtro indevido que **exclui empresas aptas que detenham experiência real e comprovada na execução de objetos equivalentes**.

Tais exigências configuram verdadeiro **cerceamento à livre competição**, por direcionarem o certame a fornecedores que possuam atestados com aquelas configurações exatas, independentemente da real capacidade técnica para execução do objeto contratado. Isso **distorce a finalidade da licitação** e fere o dever da Administração de selecionar a proposta mais vantajosa, além de gerar risco de sobrepreço, dado o ambiente restrito e anticompetitivo.

Nesse contexto, o princípio da competitividade está intrinsecamente relacionado ao da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, o qual orienta que a Administração deve buscar a melhor aplicação dos recursos públicos, objetivo alcançável apenas com a participação ampla de licitantes habilitados.

Citamos:

“ART. 37. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL, DE QUALQUER DOS PODERES DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS **MUNICÍPIOS OBEDECERÁ AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E, TAMBÉM, AO SEGUINTE:**

XXI - RESSALVADOS OS CASOS ESPECIFICADOS NA LEGISLAÇÃO, AS OBRAS, SERVIÇOS, COMPRAS E ALIENAÇÕES SERÃO CONTRATADOS MEDIANTE **PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA QUE ASSEGURE IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES, COM CLÁUSULAS QUE ESTABELEÇAM OBRIGAÇÕES DE PAGAMENTO, MANTIDAS AS CONDIÇÕES EFETIVAS DA PROPOSTA, NOS TERMOS DA LEI, O QUAL SOMENTE PERMITIRÁ AS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA INDISPENSÁVEIS À GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**”. (GRIFO NOSSO)

Conforme entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União (TCU), a Administração deve evitar a imposição de requisitos desnecessários que limitem indevidamente a competição, salvo quando comprovadamente indispensáveis à garantia da execução contratual.

**TCU:** REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CONCORRÊNCIA, COM VISTAS À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. FALHAS RELACIONADAS À **EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME.** PROCEDÊNCIA. AUDIÊNCIA. OITIVA. MULTA. DETERMINAÇÃO. **A RESTRIÇÃO INDEVIDA AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME POR CONTA DE EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM DESCONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS QUE REGEM A LICITAÇÃO ENSEJA A APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS.** (TCU 00965020121, RELATOR: MARCOS BEMQUERER)

**TCU:** REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL. ANULAÇÃO. A INADEQUAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS, QUE ATENTAM CONTRA O PRINCÍPIO DA ISONOMIA, DA LEGALIDADE, DA COMPETITIVIDADE E DA RAZOABILIDADE, INSCULPIDOS NO ART. 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E NO ART. 3º, § 1º, INCISO I, DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, CONDUZ À ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO. (TCU 00132820070, RELATOR: VALMIR CAMPELO)

Nesse sentido, o princípio da competitividade visa assegurar que o processo licitatório seja permeado pela ampla participação de licitantes, garantindo, assim, que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa. Exigir atestados emitidos exclusivamente por engenheiros de computação, além de configurar uma formalidade excessiva, inviabiliza a participação de empresas igualmente capacitadas e experientes, como é o caso da impugnante.

A Lei de Licitações é expressa:

ART. 9º **É VEDADO** AO AGENTE PÚBLICO DESIGNADO PARA ATUAR NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, RESSALVADOS OS CASOS PREVISTOS EM LEI:

I - ADMITIR, PREVER, INCLUIR OU TOLERAR, NOS ATOS QUE PRATICAR, SITUAÇÕES QUE:

- A) **COMPROMETAM, RESTRINJAM OU FRUSTREM O CARÁTER COMPETITIVO DO PROCESSO LICITATÓRIO**, INCLUSIVE NOS CASOS DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS;
- B) ESTABELEÇAM PREFERÊNCIAS OU DISTINÇÕES EM RAZÃO DA NATURALIDADE, DA SEDE OU DO DOMICÍLIO DOS LICITANTES;
- C) SEJAM IMPERTINENTES OU IRRELEVANTES PARA O OBJETO ESPECÍFICO DO CONTRATO; (GRIFO NOSSO)

Ora, indene de dúvidas que a exigência preconizada no edital **restringe a livre competição, de modo que merece ser revista por este respeitável Comitê de Licitação**. Noutras palavras, a exigência retro exposta **extrapola a discricionariedade, violando à razoabilidade** e, *data maxima venia*, demonstra patente direcionamento, de modo a **restringir as demais empresas que poderiam satisfatoriamente prestar os serviços**.

Portanto, a manutenção das exigências impugnadas compromete seriamente a competitividade do certame, em flagrante afronta ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, devendo o edital ser **imediatamente retificado** para:

- Excluir a exigência de registro dos atestados da empresa no CREA/CAU, admitindo-se a comprovação da capacidade técnica operacional da empresa mediante correlação com as ARTs dos profissionais vinculados;
- Ajustar os critérios de comprovação de experiência para que sejam tecnicamente razoáveis, proporcionais e pertinentes, sem impor configurações ou quantitativos absolutamente específicos e injustificados.

Medidas como essas são essenciais para garantir a legalidade, a igualdade de condições entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

## V. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, respeitosamente requer-se:

- a. O acolhimento da presente impugnação, com a consequente **retificação do item 19.3 do edital**, para que seja exigido o devido registro no CREA ou CAU apenas do atestado do responsável técnico, nos termos da legislação aplicável;
- b. A **revisão do item 19.4.1**, a fim de que as exigências relativas à comprovação de capacidade técnico-operacional sejam reformuladas com base em critérios razoáveis, proporcionais e amplos, excluindo-se os quantitativos específicos dos diferentes tipos de parquímetros, respeitando a finalidade do certame, sem prejuízo à competitividade e isonomia entre os licitantes;
- c. Por fim, requer-se a **prorrogação da data da sessão pública**, nos termos do art. 42, §1º da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a alteração das disposições acima mencionadas demanda tempo adicional para a adequação da documentação pelos licitantes.

Belo Horizonte/MG, 14 de maio de 2025.

---

**MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA.**



# **TERMO DE AUTUAÇÃO**

## **PROTOCOLO DO PROCESSO**

### **017455/2025**

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:  
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: c3e52bca-cb26-4abb-b65e-52a3b07ae431

<b>AUTUADO EM</b>	<b>Segunda-feira, 19 de Maio de 2025</b>
<b>LOCAL DA AUTUAÇÃO</b>	<b>LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I</b>
<b>AUTUADO POR</b>	<b>CINTIA MAYER BRITO</b>
<b>INTERESSADO (S)</b>	
<b>MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA</b>	

#### **RESUMO**

*IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PE 90.041/2025*  
*PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 22.829/2023*  
*EMPRESA IMPUGNANTE: MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA*  
*CNPJ: 00.415.375/0001-12*

**DATA:19/05/2025**

